



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MUNICÍPIO DE JURUAIA
CNPJ/CPF : 18.668.368/0001-98

Empreendimento : Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Juruaia

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rua Ana Vitória número/km 135 Bairro Centro Cep 37805-000 Juruaia - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Juruaia (LAT) -21.2066, (LONG) -46.4205

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 1828/2022

Motivo da decisão:

Com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado, sugere -se o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Juruaia - MUNICÍPIO DE JURUAIA para a atividade A-03-01-9 - Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, no município de Juruaia- MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 30/05/2022.

Documento assinado eletronicamente por LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO, Superintendente, em 30/05/2022 11:51 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.